

Zona de Intervenção Florestal das Argas

Consulta Pública

2015

União das freguesias de Argas (Baixo, Cima e São João)

Cabração e Moreira do Lima

Consulta Pública (Artigo 8º - Capítulo II - Decreto – Lei n.º 127/2005 de 5 de Agosto com redação dada pelos Decretos – Lei, nº 15/2009, de 14 de janeiro, n.º 02/2011 de 06 de janeiro e n.º 27/2014 de 18 de fevereiro.)

Núcleo Fundador
20 de julho 2015

Índice

1 LISTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS QUE ANUÍRAM INTEGRAR A ZIF.....	3
2 INDICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA.....	4
3 CARTA COM A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ZIF E SUA LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	5
4 AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO CADASTRO OU INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE	6
5 PROJETO DE REGULAMENTO INTERNO.....	7
6 ATA DA REUNIÃO DE CONSULTA PRÉVIA VALIDADA PELO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, i.P.....	17



1

LISTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS E PRODUTORES FLORESTAIS QUE ANUÍRAM INTEGRAR A ZIF

- Baldio de Arga de Baixo
- Baldio de Arga de São João
- António Diamantino Alves Gomes



2

INDICAÇÃO DA ENTIDADE GESTORA

De acordo com a legislação em vigor (Decreto – Lei n.º 127/2005 de 05 de Agosto com a redação dada pelos Decretos – Lei, nº 15/2009, de 14 de janeiro, n.º 2/2011 de 06 de janeiro e n.º 27/2014 de 18 de fevereiro), a entidade gestora das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) é qualquer organização associativa de proprietários e produtores florestais ou outra pessoa coletiva, aprovada pelos proprietários e produtores florestais cujo objeto social inclua a prossecução de atividades diretamente relacionadas com a silvicultura e a gestão e exploração florestais, a atividade agrícola no caso de administração total, bem como a prestação de serviços a elas associados.

Assim, e de acordo com o deliberado pelo Núcleo Fundador da ZIF, é indicada como Entidade Gestora:

Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho

NIF: 503.820.571

Sede: Av. Miguel Dantas, n.º 69

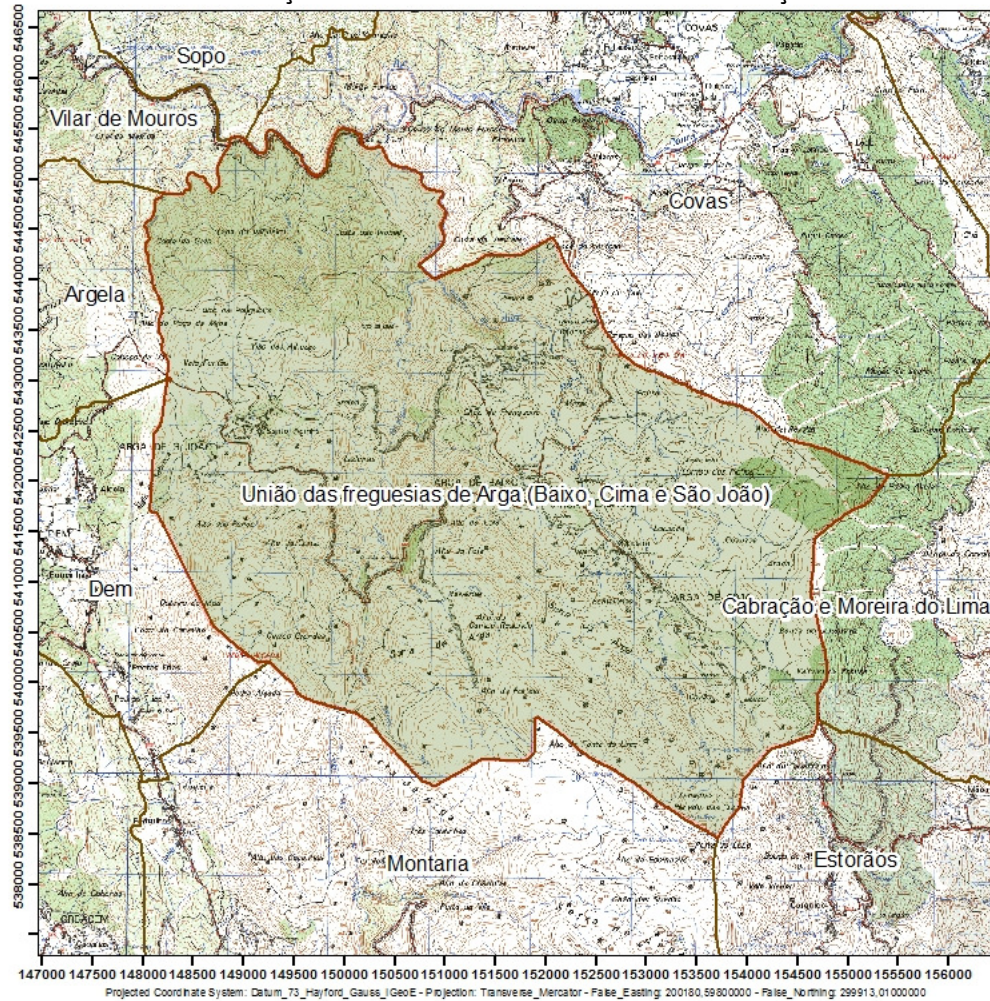
4930-678 Valença

Telefone: 251 800 550

E-mail: geral@valminhoflorestal.com



CARTA COM A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ZIF E SUA LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



ZIF
das
ARGAS

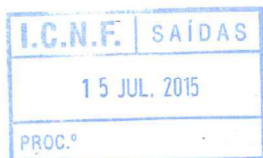
Legenda

- ZIF das Argas Limite
- limite_freguesia

0 500 1.000 2.000 Metros



AUTORIZAÇÃO DO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P. PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DO CADASTRO OU INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE



Ao
Núcleo Fundador da ZIF das Argas
Avenida Miguel Dantas, n.º 69
4930-567 VALENÇA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

30-06-2015

39598/2015/DGPF/DGF

ASSUNTO ZIF DAS ARGAS (N.º 289/15) PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ELABORAÇÃO DE CADASTRO OU DE INVENTÁRIO DA ESTRUTURA DA PROPRIEDADE.

Em resposta ao solicitado na carta em epígrafe, vimos comunicar que, nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pelo n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, é concedida autorização para prorrogação, por um máximo de três anos após a criação da ZIF das Argas, do prazo para a elaboração dos elementos previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º do referido diploma legal.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-presidente do Conselho Diretivo

João Pinho

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
Av. da República, 15, 1050-191 Lisboa, PORTUGAL

TEL 21 350 79 00
E-MAIL icnf@icnf.pt www.icnf.pt

1/1



5

PROJECTO DE REGULAMENTO INTERNO

(De acordo com o Artigo N.º17, Capítulo III do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos Decretos-Lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, e 27/2014, de 18 de fevereiro)

PREÂMBULO

A Zona de Intervenção Florestal das Argas é uma área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal e a um Plano Específico de Intervenção Florestal e administrada por uma única entidade, regendo-se pelo presente regulamento interno.

CAPÍTULO I

ARTIGO 1º. - OBJECTO

O presente Regulamento Interno é um dos elementos estruturantes previstos no artigo 17º do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, e 27/2014, de 18 de fevereiro, no qual se definem os objetivos específicos da Zona de Intervenção Florestal das Argas e se estabelecem os deveres e direitos dos proprietários e produtores florestais Aderentes e as respetivas regras de funcionamento.

O regulamento interno é aprovado por maioria relativa dos Aderentes presentes na Assembleia Geral de Aderentes legalmente convocada para o efeito.

ARTIGO 2º. - ÂMBITO

O Regulamento Interno aplica-se à Zona de Intervenção Floresta das Argas.

ARTIGO 3º. - DEFINIÇÕES

Para efeito deste Regulamento entende-se por:

«Aderentes» os proprietários ou outros produtores florestais da área da ZIF que aderem a esta nos termos previstos no presente regulamento;

«Administração total» o modelo multifuncional em que a Entidade Gestora procede à administração integrada de todas as componentes do sistema agro-silvopastoril, em que a ZIF assume a designação de ZIF de administração total;

«Atividade agrícola» a produção, criação ou cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, ordenha, criação de animais ou detenção de animais para fins de produção, ou a manutenção das terras em boas condições agrícolas e ambientais;

«Baldios» os terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, como tal definidos em diploma próprio;

«Dados biométricos», dados relativos a altura, volume, dap, entre outros de forma a recolher dados para o cálculo de volume de árvores;

«Elementos estruturantes da ZIF» Inclui os seguintes documentos: Regulamento interno, Plano de Gestão Florestal, Plano Específico de Intervenção Florestal; Inventário da Estrutura da Propriedade, Carta com delimitação territorial na escala 1:25000 referenciada à carta militar e Relação dos proprietários e produtores florestais Aderentes;

«Entidade Gestora da ZIF» qualquer organização associativa de proprietários e produtores florestais ou outra pessoa coletiva, aprovada pelos proprietários e produtores florestais, cujo objeto social inclua a prossecução de atividades diretamente relacionadas com a silvicultura e a gestão e exploração florestais, e a atividade agrícola no caso de administração total, bem como a prestação de serviços a elas associados;

«Espaços florestais» os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, segundo os critérios definidos no Inventário Florestal Nacional;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



«Exploração florestal e agro-florestal» o prédio ou conjunto de prédios ocupados, total ou parcialmente, por espaços florestais, pertencentes a um ou mais proprietários e que estão submetidos a uma gestão única;

«Floresta» os terrenos ocupados com povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso de povoamentos florestais e, ainda, outras áreas arborizadas;

«Fundo Comum» receitas destinadas a financiar ações geradoras de benefícios comuns e de apoio aos proprietários e outros produtores florestais Aderentes, provenientes, nomeadamente, das contribuições financeiras dos proprietários e produtores florestais Aderentes, bem como os prémios, incentivos e outras receitas que lhes sejam atribuídos nos termos da lei e das condições definidas no presente regulamento interno;

«Gestão direta» a gestão pelo produtor ou proprietário florestal ou pelo Órgão de administração de baldios;

«Inventário da estrutura da propriedade» a representação cartográfica dos prédios e identificação dos respetivos titulares na área dos Aderentes à escala adequada, de acordo com as normas técnicas estabelecidas pela entidade competente nesta matéria;

«Núcleo fundador» os proprietários ou produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos, constituídos maioritariamente por espaços florestais, com uma área territorial contínua ou contígua de pelo menos 5% da área proposta para a ZIF;

«Operações silvícolas mínimas», intervenções com carácter de impedir que se elevem a níveis críticos o risco de ocorrência de incêndio, bem como aquelas que visem impedir a disseminação de pragas e doenças;

«Plano Específico de Intervenção Florestal» ou «PEIF» o instrumento como tal definido na lei que aplica os princípios e orientações constantes no PROF e nos planos e programas de defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos e tem carácter obrigatório;

«Plano de Gestão Florestal» ou «PGF» o instrumento como tal definido na legislação em vigor, que aplica as orientações constantes no PROF, incorpora os princípios desenvolvidos no PEIF, respeita o instrumentos de ordenamento e sectoriais relevantes, bem como os interesses dos Aderentes à ZIF que, obrigatoriamente, o subescrevem e aplicam;

«Proprietários ou outros produtores florestais» os proprietários, usufrutuários, superficiários, arrendatários ou quem, a qualquer título, for possuidor ou detenha a administração dos terrenos que integram os espaços florestais;

«Rede de compartimentação» o conjunto das redes viária, de infraestruturas e de linhas e planos de água ou de qualquer modificação estrutural do território, do seu uso ou da tipologia da vegetação que permite identificar áreas bem delimitadas;

«Zona de intervenção florestal» ou «ZIF» a área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal e a um Plano Específico de Intervenção Florestal e administrada por uma única entidade.

CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA ZIF, SEDE E OBJETIVOS

ARTIGO 4º. - IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

1. A Zona de Intervenção Florestal é identificada por ZIF das Argas com o registo ICNF, I.P. N.º 289/15 atribuído pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas.

2. A ZIF das Argas, situada no distrito de Viana do Castelo, concelho de Caminha, é constituída maioritariamente por espaços florestais da União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e S. João). Enquadra-se na Região PROF Alto Minho e ocupa uma área de 3.088 hectares, sendo a área de floresta de 2.894 hectares.

ARTIGO 5º. - SEDE

A Sede da ZIF será instalada na sede da União das Freguesias de Arga (Baixo, Cima e S. João), no lugar de Arga de Baixo.

ARTIGO 6º. - OBJETIVOS

1. A ZIF das Argas tem como objetivos específicos:



- a) Garantir uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, com a atribuição concreta de responsabilidades;
 - b) Infraestruturar o território, tornando-o mais resiliente aos incêndios florestais, garantindo a sobrevivência dos investimentos e do património constituído;
 - c) Promover a captação de ações e recursos financeiros para a área ZIF, nomeadamente, os resultantes da intervenção da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais;
 - d) Concretizar territorialmente as orientações constantes na Estratégia Nacional para as Florestas, no plano regional de ordenamento florestal (PROF) do Alto-Minho, no plano diretor municipal (PDM), no plano municipal de defesa da floresta (PMDf);
 - e) Integrar as diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a gestão sustentável dos espaços florestais, conservação da natureza e da biodiversidade, conservação e proteção do solo e dos recursos hídricos, desenvolvimento rural, proteção civil, fiscalidade, especialmente em regiões afetadas por agentes bióticos e abióticos e que necessitem de um processo rápido de recuperação.
2. As metas a atingir que não foram inumeradas, serão definidas depois de aprovadas no PGF e no PEIF para a ZIF.

CAPÍTULO III - ADERENTES

ARTIGO 7º. - DEFINIÇÃO E ADMISSÃO DE ADERENTES

1. Poderão ser Aderentes, todas as pessoas singulares ou coletivas que sejam proprietários ou outros produtores florestais, usufrutuários, superficiários, arrendatários ou quem, a qualquer título, for possuidor ou detenha a administração dos terrenos que integram os espaços florestais, independentemente da sua natureza jurídica, na área da ZIF e que tenham subscrito o requerimento para a sua criação ou que a ela venham a aderir formalmente, mediante a subscrição do documento que vier a ser adotado para esse efeito.
2. Os proprietários ou produtores florestais de um ou mais prédios rústicos situados dentro da área da ZIF e que ainda não sejam Aderentes podem solicitar a sua adesão em qualquer momento, junto da Entidade Gestora ou do Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Aderentes.
3. A Entidade Gestora verifica a conformidade sendo a adesão efetivada com a assinatura do Presidente da Mesa da Assembleia de Aderentes.
4. O Aderente pode –se fazer representar em Assembleia Geral de Aderentes se devidamente mandatado nos termos da lei.

ARTIGO 8º. - LISTA DE ADERENTES

A lista de Aderentes será atualizada sempre que: é admitido um novo Aderente; comunicada a desistência da qualidade de Aderente ou alteração aos dados dos mesmos.

ARTIGO 9º. - DIREITOS DOS ADERENTES

1. São direitos dos Aderentes à ZIF:
 - a) A regularização do regime jurídico dos seus prédios rústicos, enquanto propriedades integrantes da ZIF;
 - b) O respeito pela existência dos marcos divisionais dos seus prédios rústicos;
 - c) A usufruição e posse das suas propriedades;
 - d) A ceder a gestão e arrendar as suas propriedades a outros produtores florestais;
 - e) Escolher se efetua a gestão direta das suas propriedades ou a delegação na Entidade Gestora acordando as condições com a mesma;
 - f) A Informação atempada sobre as ações inerentes à execução dos planos aprovados e incidentes nas suas explorações florestais;
 - g) Ao recebimento dos valores resultantes dos rendimentos das suas propriedades;
 - h) A compensação pela cedência dos seus prédios rústicos para a instalação de infraestruturas coletivas e de interesse comum, sempre que haja perda de rendimento e na respetiva proporção, do modo que vier a ser deliberado pela Assembleia Geral de Aderentes, com a concordância do Aderente, mediante assinatura de acordo, contendo as condições estabelecidas entre as partes;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



- i) Deixar de ser Aderente, mediante acerto de contas relativas a benefícios obtidos apurados nos termos do estabelecido na alínea h) do artigo anterior;
- j) Participar ativamente nas Assembleias Gerais de Aderentes com direito a apresentar propostas;
- k) Recorrer à Mesa da Assembleia Geral de Aderentes de qualquer decisão tomada pela gestão da ZIF;
- l) Ser representado por outro mediante apresentação de declaração assinada pelo próprio ou outro tipo de representação legal e entregue aos membros da mesa de Assembleia Geral de Aderentes;
- m) A informação anual, através de relatório, do resultado das atividades do ano anterior, com a discriminação da origem dos proveitos e o detalhe de todos os custos, em contas divisionárias cujo ponto de vista seja esclarecedor, acompanhado do parecer da Comissão de Fiscalização;
- n) O respeito pelas suas concessões e outros acordos ou contratos estabelecidos com outras entidades particulares ou coletivas, em conformidade com a legislação aplicável, relativamente a:
 - i. Águas públicas de abastecimento, águas de rega e outras águas, suas explorações, nomeadamente minas e poços, tubagens subterrâneas e caleiras, presas e depósitos de água a;
 - ii. Instalações de energia eólica e de telecomunicações;
 - iii. Situações resultantes das normas estabelecidas pelos PDM existentes, bem como pelas suas futuras alterações e ou revisões;
 - iv. Atividade dos clubes de caçadores de acordo com as autorizações oportunamente concedidas;
 - v. Eventuais acordos e contratos com indústrias ou industriais de madeira;
 - vi. Outras situações não especificadas anteriormente e que se venham a verificar como fazendo parte deste princípio.
- o) Exercer o direito de voto;
- p) Eleger e ser eleito para os Órgãos Sociais.

ARTIGO 10º. - DEVERES DOS ADERENTES

- 1. São deveres dos Aderentes à ZIF:
 - a) Participar ativamente na Assembleia Geral de Aderentes;
 - b) Cumprir e fazer cumprir as normas por que se rege a ZIF, nomeadamente o consignado no presente Regulamento e as que vierem a ser decididas em Assembleia Geral de Aderentes;
 - c) Cumprir o estabelecido no Plano de Gestão Florestal e no Plano Específico de Intervenção Florestal, sem prejuízo das responsabilidades legalmente atribuídas à Entidade Gestora, no que respeita à execução do Plano Específico de Intervenção Florestal e da obtenção de apoios para o efeito;
 - d) Disponibilizar o(s) seu(s) prédio(s) rústico(s) para a instalação das infraestruturas de interesse coletivo, nomeadamente para a criação das redes de defesa da floresta contra incêndios, sempre que seja essa a localização mais apropriada, de acordo com o PEIF, validado pelos Aderentes e aprovado pelo ICNF, I.P., ações a serem realizadas pela Entidade Gestora, mediante justa compensação, a deliberar em Assembleia Geral de Aderentes, sob proposta da Entidade Gestora e concordância do Aderente ;
 - e) Comunicar à Entidade Gestora qualquer alteração da titularidade do seu ou seus prédios rústicos;
 - f) Comunicar à Entidade Gestora qualquer motivo que impeça o cumprimento das ações previstas no Plano de Gestão Florestal da ZIF e que interfiram com as suas explorações florestais;
 - g) Respeitar e fazer respeitar as concessões e outros acordos ou contratos estabelecidos com outras entidades particulares ou coletivas, em conformidade com a legislação aplicável, relativamente a:
 - i. Águas públicas de abastecimento, águas de rega e outras águas, suas explorações, nomeadamente minas e poços, tubagens subterrâneas e caleiras, presas e depósitos de água a;
 - ii. Instalações de energia eólica e de telecomunicações;
 - iii. Situações resultantes das normas estabelecidas pelos PDM existentes, bem como pelas suas futuras alterações e ou revisões;
 - iv. Atividade dos clubes de caçadores de acordo com as autorizações oportunamente concedidas;
 - v. Eventuais acordos e contratos com indústrias ou industriais de madeira;
 - vi. Outras situações não especificadas anteriormente e que se venham a verificar como fazendo parte deste princípio.
 - h) Desempenhar com zelo e dedicação os cargos para que forem eleitos;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



- i) Participar ativamente na vida ZIF;
- j) Ressarcir de eventuais compensações resultantes da aplicação da alínea h) do artigo 9º que obteve enquanto integrante da ZIF, em caso de desistência injustificada, conforme qualificação e quantificação prevista no acordo previamente estabelecido;
- k) Colaborar no levantamento dos limites dos seus prédios.

ARTIGO 11º. - EXECUÇÃO DOS PLANOS

1. A execução dos planos cabe aos proprietários e produtores florestais, exceto se tal responsabilidade for cometida à Entidade Gestora da ZIF, mediante acordo entre as partes ou quando, sendo desconhecido o proprietário ou produtor florestal, ou o seu paradeiro, ou ainda nos caso de incumprimento da execução pelos proprietários e produtores florestais o interesse público aconselhe o contrário, nos termos da lei.
2. A execução das operações silvícolas mínimas, constantes dos PGF, é da responsabilidade de todos os proprietários ou outros produtores florestais abrangidos pela área territorial da ZIF.
3. Nas situações em que ocorra intervenção em propriedades de que se desconheça o proprietário ou produtor florestal, ou o seu paradeiro, no âmbito da execução do PGF ou dos PEIF, a Entidade Gestora da ZIF deve efetuar a recolha e o registo das intervenções silvícolas e dos dados biométricos e manter o seu arquivo histórico, obrigando-se à prestação de informação sempre que solicitada pela ICNF, I.P. e pelos respetivos Aderentes.

ARTIGO 12º. - MODALIDADE DE GESTÃO FLORESTAL

1. Os Aderentes à ZIF terão de escolher uma das modalidades de gestão abaixo descritas:
 - a) Assumir o Aderente a gestão direta das suas propriedades;
 - b) Conceder a gestão de parte das suas propriedades à Entidade Gestora;
 - c) Conceder a gestão de todas as suas propriedades à Entidade Gestora;
2. Nas situações previstas em b) e c) será estabelecido acordo entre o Aderente e a Entidade Gestora.

CAPÍTULO IV - ÓRGÃOS SOCIAIS

ARTIGO 13º. - ÓRGÃOS SOCIAIS

1. São Órgãos Sociais da ZIF a Mesa de Assembleia Geral de Aderentes e a Comissão de Fiscalização.
2. O exercício dos cargos dos Órgãos Sociais não é remunerado.

ARTIGO 14º. - ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

1. As listas para os Órgãos Sociais devem ser subscritas no mínimo por 8 Aderentes e apresentadas até 8 dias antes do ato eleitoral ao Presidente da Mesa de Assembleia Geral de Aderentes.
2. Os titulares dos Órgãos Sociais são eleitos por escrutínio secreto, em sistema de listas, por maioria de votos e pelo período de 3 anos.

ARTIGO 15º. - CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES

A Assembleia Geral de Aderentes, enquanto órgão supremo da ZIF, cujas deliberações tomadas, nos termos legais e regulamentares são vinculativas, é constituída pela totalidade dos Aderentes presentes no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 16º. - MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES

1. A Mesa da Assembleia Geral de Aderentes é constituída por três membros efetivos: um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.
2. É da competência da Mesa da Assembleia Geral de Aderentes:
 - a) Convocar as Assembleias Gerais;
 - b) Elaborar a convocatória e a ordem de trabalhos da Assembleia Geral de Aderentes;
 - c) Elaborar e publicitar as atas;
 - d) Dirigir e coordenar os trabalhos da Assembleia Geral de Aderentes;

ARTIGO 17º. - COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES

1. A Assembleia Geral de Aderentes tem como competências:
 - a) Eleger e destituir os titulares dos Órgãos Sociais;



- b) Deliberar sobre o modo de votação e a diferenciação dos votos por Aderente atendendo ao tipo Aderente;
- c) Eleger a Mesa da Assembleia, composta por um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário escolhidos no universo dos Aderentes;
- d) Apreciar e validar o Plano de Gestão Florestal e o Plano Específico de Intervenção Florestal da ZIF, entre outros;
- e) Aprovar as alterações ao presente Regulamento, em conformidade com as que vierem a ser propostas;
- f) Apreciar e aprovar o plano de atividades e o orçamento do ano em curso apresentado pela Entidade Gestora;
- g) Apreciar e aprovar o relatório e contas relativos ao ano transato, apresentado pela Entidade Gestora, e o parecer da Comissão de Fiscalização;
- h) Deliberar sobre a intervenção silvícola indispensável a realizar nos termos legais em prédios de que se desconheçam os respetivos proprietários ou o seu paradeiro, no âmbito da execução do PGF ou PEIF;
- i) Deliberar sobre quaisquer assuntos sobre os quais a Assembleia Geral de Aderentes se tenha de pronunciar, nos termos do Regulamento e de outros que lhe sejam submetidos para apreciação pelos Órgãos Sociais e/ou pelos Aderentes;
- j) Substituir a Entidade Gestora;
- k) Deliberar sobre a constituição de Fundo Comum.

ARTIGO 18º. - CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ADERENTES

1. A convocatória para a realização das Assembleias Gerais é feita por intermédio da publicação, com a antecedência de 20 dias, no edital referido na alínea r) do artigo 21º e nos locais de estilo da freguesia.
2. Têm direito a voto todos os Aderentes que estejam no pleno gozo dos seus direitos:
3. Os Aderentes ausentes poderão delegar o poder de votar por procuração, com poderes para o efeito, ou outro tipo de representação legal;
4. A Assembleia Geral de Aderentes reúne:
 - a) Ordinariamente até final de Março de cada ano, para apreciação e votação do Relatório e Contas da ZIF do exercício do ano cessante e respetivo Parecer da Comissão de Fiscalização, bem como para análise e votação do Orçamento e Plano de Atividades para o ano em curso;
 - b) Trienalmente, para eleição dos titulares dos Órgãos Sociais e;
 - c) Extraordinariamente quando convocada pelo Presidente da Mesa, por sua iniciativa, a pedido da Entidade Gestora ou da Comissão de Fiscalização e ainda quando requerida por Aderentes que representem, pelo menos, 10% da área total da ZIF;
5. A eleição dos titulares dos Órgãos Sociais, na altura em que tiver de ser efetuado, poderá ser feita aproveitando a realização da Assembleia Geral de Aderentes referida na alínea a), do ponto anterior.
6. A Assembleia Geral de Aderentes, ordinária ou extraordinária, só poderá funcionar em primeira convocatória, validamente, se à hora marcada estiverem presentes, pelo menos, metade dos Aderentes com direito a voto. Porém, se à hora marcada, não houver número suficiente de Aderentes, esta realizar-se-á 30 minutos depois, em segunda convocatória, com os presentes.
7. A Assembleia Geral de Aderentes extraordinária se requerida por um grupo de Aderentes, só poderá funcionar desde que nela estejam presentes, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos requerentes.

ARTIGO 19º. - VOTAÇÃO

1. Nas eleições dos Órgãos Sociais o direito de voto é exercido por escrutínio secreto;
2. É obrigatória a aprovação em Assembleia-geral de Aderentes por mais de 50% (cinquenta por cento) do universo dos proprietários e produtores florestais Aderentes e deter, em conjunto, pelo menos metade da área florestal da ZIF para:
 - a) Substituir a Entidade Gestora;
 - b) Extinguir a ZIF.
3. Voto por maioria relativa dos presentes:
 - a) Alterar o presente Regulamento;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



- b) Para alteração ou aprovação do plano anual de atividades, o orçamento para o ano em curso, bem como o relatório e contas relativos ao ano transato a apresentar pela Entidade Gestora.
- c) Qualquer outra votação para o funcionamento da ZIF.
- 4. Cada Aderente terá direito ao seguinte nº de votos:
 - Cada baldio - 25 votos
 - Cada outro Aderente - 1 voto
- 5. Os votos rasurados e os votos nos quais tenha sido riscado ou acrescentado algum nome são considerados nulos.

ARTIGO 20º. - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

- 1. A Comissão de Fiscalização é constituída por cinco membros: um Presidente, um Vogal, um Relator e dois Suplentes.
- 2. O Presidente será substituído pelo Vogal e este pelo Relator, nas suas ausências, ou impedimentos.
- 3. Se a ausência ou impedimento, de cada um deles, for prolongada, recorrer-se-á ao processo eleitoral, para se efetuar a sua substituição.
- 4. Os membros da Comissão de Fiscalização só poderão ser eleitos entre os Aderentes da ZIF e nenhum poderá ter laços de afinidade ou parentesco, na linha reta ou colateral até ao 2.º grau, com qualquer elemento que faça parte ou desempenhe funções na Entidade Gestora.
- 5. São competências da Comissão de Fiscalização:
 - a) Analisar e emitir parecer, a ser apresentado em Assembleia Geral de Aderentes, sobre o relatório e contas da ZIF e seus resultados;
 - b) Emitir parecer escrito sobre qualquer assunto que lhe seja solicitado pela Entidade Gestora ou pela Mesa da Assembleia Geral de Aderentes;
 - c) Assistir, sem direito a voto, às reuniões da Entidade Gestora da ZIF, por intermédio de qualquer um dos seus membros.

CAPÍTULO V - ENTIDADE GESTORA

ARTIGO 21º. - IDENTIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADES

A Entidade Gestora é indigitada em sede de Consulta Pública pelo NF da ZIF.

- 1. É da responsabilidade da Entidade Gestora:
 - a) Promover a gestão profissional conjunta das propriedades que integram a ZIF;
 - b) Promover a concertação dos interesses dos proprietários e produtores florestais Aderentes;
 - c) Elaborar os elementos estruturantes definidos no artigo 14º do D.L. n.º 127/2005, de 5 de Agosto com a redação dada pelo D. L. n.º 15/2009, de 14 de Janeiro, Declaração de retificação n.º 10/2009, de 9 de Fevereiro e alterações introduzidas pelo D. L. n.º 2/2011 de 6 de Janeiro, bem como proceder à sua publicitação;
 - d) Elaborar e promover a execução do PGF;
 - e) Elaborar e executar ou garantir a execução do PEIF;
 - f) Cumprir as regras e procedimentos estabelecidos no Regulamento de funcionamento da ZIF;
 - g) Promover a aplicação da legislação florestal na área territorial da ZIF;
 - h) Recolher, organizar e divulgar os dados e informações relevantes da ZIF;
 - i) Promover a regularização do inventário da estrutura da propriedade na ZIF e a regularização dos respetivos elementos de registo;
 - j) Garantir a coordenação de todas as atividades comuns;
 - k) Colaborar com as comissões municipais ou intermunicipais de defesa da floresta contra incêndios na preparação e execução dos PMDF;
 - l) Colaborar com outras entidades públicas ou privadas de idêntico âmbito territorial ou funcional;
 - m) Garantir a existência e a conservação em arquivo próprio a seguinte documentação:
 - i. A submetida a consulta pública;
 - ii. Que atesta a legitimidade dos proprietários ou outros produtores que subscreveram o requerimento para a criação da ZIF;
 - iii. Resultante de alterações aos documentos anteriores, na sequência da audiência final;
 - iv. Ata da audiência final;

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



v. Elementos estruturantes da ZIF.

- n) Executar as deliberações da Assembleia Geral de Aderentes mediante cabimento financeiro do Fundo Comum ou outro;
- o) Elaborar e entregar aos Órgãos Sociais até 20 dias antes da Assembleia Geral de Aderentes, para nela serem aprovados, os seguintes documentos:
 - i. O plano de atividades e o orçamento para o ano em curso;
 - ii. O relatório e contas relativos ao ano transato;
- p) Disponibilizar os documentos referidos na alínea o), depois de aprovados, para consulta, na sede da Entidade Gestora;
- q) Constituir um Fundo Comum, se assim deliberado em Assembleia Geral de Aderentes, destinado a financiar ações geradoras de benefícios comuns e de apoio aos Aderentes;
- r) Garantir a existência de contabilidade própria e centro de custos autónomo para a ZIF;
- s) Criar um Edital em local permanente e de livre acesso, a fixar junto da área da ZIF, com a informação das decisões mais importantes e de interesse geral para o funcionamento da ZIF;
- t) Apresentar candidaturas a apoios públicos, com fundos nacionais ou comunitários, aplicar os financiamentos concedidos de acordo com o contratado e, quando aplicável, repartir entre os proprietários e outros produtores florestais Aderentes à ZIF as verbas destinadas à execução das ações apoiadas.

ARTIGO 22º. - SUBSTITUIÇÃO

- 1. A Entidade Gestora da ZIF, pode ser substituída por iniciativa dos proprietários ou outros produtores florestais Aderentes, que têm de representar mais de 50% do universo dos proprietários e produtores florestais Aderentes e deter, em conjunto, mais de metade da superfície da área da ZIF.
- 2. Se a substituição for consequência da vontade própria da Entidade Gestora, a Assembleia Geral de Aderentes decidirá a nova Entidade Gestora.

ARTIGO 23º. - SEDE

A Entidade Gestora da ZIF, independentemente de onde esteja sediada, poderá criar uma dependência no concelho de Caminha.

CAPÍTULO VI - DESPESAS, RECEITAS, FUNDO COMUM

ARTIGO 24º. - DESPESAS DA ZIF

- 1. Constituem despesas da ZIF:
 - a) Todas as decorrentes do exercício das suas atividades de gestão florestal e de outras iniciativas, desde que tenham provimento orçamental e estejam em concordância com o presente Regulamento e as deliberações da Assembleia Geral de Aderentes;
 - b) As despesas que lhe forem impostas pela lei vigente.

ARTIGO 25º.- RECEITAS DA ZIF

- 1. Constituem receitas da ZIF e componentes do Fundo Financeiro Comum:
 - a) Subsídios e instrumentos de apoio à floresta;
 - b) Doações ou quaisquer outros bens que sejam postos à sua disposição por Organismos Estatais, Entidades Públicas ou Privadas ou quaisquer outras Pessoas Singulares ou Coletivas.

ARTIGO 26º. - FUNDO COMUM

- 1. O Fundo Comum é criado pela Entidade Gestora, se assim deliberado em Assembleia Geral de Aderentes, e sustentado pelas receitas previstas no artigo anterior;
- 2. O movimento de qualquer verba incluída no Fundo Comum é da competência da Entidade Gestora;
- 3. Os movimentos de despesa referidos no ponto anterior devem estar contemplados no plano de atividades e no orçamento.

CAPÍTULO VII - DURAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DA ZIF E DISPOSIÇÕES LEGAIS

ARTIGO 27º. - DURAÇÃO DA ZIF

A Zona de Intervenção Florestal das Argas durará por tempo indeterminado.

ARTIGO 28º.- ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DA ZIF



1. A área territorial das ZIF pode ser alterada, com uma periodicidade não inferior a um ano, mediante autorização da entidade competente nesta matéria;
2. As ZIF podem ser extintas por iniciativa dos Aderentes, devendo estes representar, no mínimo, 50% do universo dos Aderentes e deter, em conjunto, pelo menos metade da área florestal da ZIF;
3. O disposto no número anterior não se aplica, se em consequência da constituição da ZIF resultar agravamento tributário ou criação de taxas até agora inexistentes sem haverem, em contrapartida, benefícios prévios ou melhoria dos rendimentos das propriedades dos Aderentes;
4. Em caso de incumprimento grave e reiterado das normas do PGF ou do PEIF, que inviabilize a manutenção da ZIF, ou quando se deixem de se verificar os requisitos ou condições fundamentais que justificaram a sua criação, a ZIF poderá ser extintas por decisão da entidade competente nesta matéria, nos termos da lei.
5. Em caso de dissolução:
 - a) A Entidade Gestora ficará confinada à prática dos atos necessários à ultimateção das atividades pendentes e compromissos assumidos;

CAP VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS
ARTIGO 29.º - DISPOSIÇÕES LEGAIS

A ZIF reger-se-á pelas regras estabelecidas neste Regulamento e na sua falta, pelas disposições legais aplicáveis e subsidiárias.



6

ATA DA REUNIÃO DE CONSULTA PRÉVIA VALIDADA PELO INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.

----- Reunião da Consulta Prévia -----

----- Zona de Intervenção Florestal das Argas-----

---- Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas catorze horas e trinta minutos, deu-se início a reunião de Consulta Prévia da ZIF das Argas, nos termos do disposto no artigo sétimo, do Decreto-Lei n.º 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, e 27/2014, de 18 de fevereiro. A Reunião realizou-se no edifício da freguesia de Arga (Baixo, Cima e São João), com a presença de: Núcleo Fundador da Zona de Intervenção Florestal das Argas, representado por Ventura Rodrigues da Cunha; Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, representada por Francisco Tobias Diogo Domingues; Município de Caminha, representado pelo Vice-Presidente Dr. Guilherme Lagido; Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), representado por Engenheiro Eduardo Silva Alves; e proprietários e/ou produtores florestais com interesse na Zona de Intervenção Florestal da ZIF das Argas, conforme lista de presenças anexa.-----

--- Iniciada a sessão pelo Sr. Ventura Cunha, após boas vindas aos presentes, passou a palavra ao Vereador Lagido, que afirmou ser este o caminho. Continuou referido que há muitos espaços abandonados, sem gestão, muitos incêndios, proliferação de infestantes e ecossistemas completamente alterados, com reflexos muito maiores do que por vezes pensamos. Continuou, referindo a importância do esclarecimento das pessoas, em sessões como esta, realçando não estar em causa na ZIF a capacidade de gestão dos baldios por parte dos compartes. De seguida, tomou a palavra o Eng.º Eduardo Alves que pegando nas palavras do Eng.º Lagido informou tratar-se de uma legislação iniciada já do ano de 2005, em resultado de uma reflexão de muitos anos. Continuou dizendo que as decisões do Baldio continuam a ser decididas em assembleia de compartes e as das ZIF's em assembleia de aderentes. É um processo de união de

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente

1/4



Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



Handwritten signature in blue ink.

interesses sem pôr em causa o regime de propriedade. Teve então a palavra o Sr. Francisco Tobias, que agradeceu a presença de todos, realçando o facto de as pessoas presentes serem um importante veículo para a transmissão da mensagem dos objetivos da ZIF e promover a sua constituição. Continuou salientando a sua perceção, na qualidade de também gestor de um baldio, das profundas alterações ocorridas na sociedade em que se trocaram as antigas roçadoras (que davam carne, leite e lã), pelas atuais que apenas poluem. Por outro lado, nas casas anteriormente rodeadas por terrenos agrícolas, atualmente à frente tem um jardim mas atrás as silvas entram pelas janelas. Fruto destas alterações tem que se encontrar novos modelos e as ZIF's, trabalhadas no concelho desde 2006, com o novo enquadramento legal, poderão finalmente ser uma realidade. Foi dada a palavra à Eng.^a Margarida Barbosa, técnica da Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, que fez uma breve apresentação do trabalho da Associação, das ZIF e do seu processo de constituição, e da ZIF das Argas.-----

Tomou novamente a palavra o Sr. Ventura Cunha, referindo a indisponibilidade dos proprietários para novos custos e os medos relativamente ao acréscimo de obrigações, nomeadamente com a limpeza dos terrenos, sendo necessário esclarecer as pessoas. O Eng.º Eduardo Alves esclareceu que os próprios proprietários, aderentes à ZIF, é que vão decidir quanto estão dispostos a pagar e que as obrigações de limpar, ou não, decorrem da lei independentemente de existir ou não a ZIF. O Dr. Guilherme Lagido reforçou a ideia, tendo como base a comparação da ZIF ao condomínio, referindo que, independentemente de decidirem se querem pintar o prédio todo ou limpar apenas as escadas, o que devem decidir é se querem ou não a ZIF, o que ao mesmo lhe parece uma oportunidade que devem aproveitar, com a vantagem adicional de beneficiarem de mais apoio técnico. -----

Passou-se, então, a palavra à assistência, e o Sr. Ventura Pires Gonçalves colocou a questão de quem compõe a mesa da assembleia de aderentes e quem decide, e ainda, o que acontece ao proprietário que não adere.-----

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



Handwritten signature

Para responder, tomou a palavra o Eng.º Eduardo Alves referindo que os aderentes são quem tem o poder de aprovar, ou não, as propostas apresentadas na assembleia geral de aderentes pela entidade gestora. Relativamente ao não aderente, fica de igual forma sujeito ao PGF da ZIF ou, em alternativa, terá que ter um PGF próprio-----

Tomou novamente a palavra o Sr. Ventura Pires Gonçalves, questionando se caso um aderente queira efetuar uma plantação se tem que pedir autorização. A Eng.ª Margarida Barbosa respondeu que presentemente com o RJAAR, independentemente de estar em ZIF ou não, dependendo da situação em concreto, um proprietário que pretenda efetuar uma plantação, poderá ter que efetuar uma comunicação ou pedido de autorização ao ICNF. Relativamente à ZIF, terá que cumprir o PGF.-----

Continuou o Sr. Ventura Pires Gonçalves, perguntando quem vão ser os aderentes, que baldios e qual o papel da freguesia neste processo.-----

O Eng.º Eduardo Alves respondeu referindo que poderão ser aderentes todos aqueles que assim o decidam, independentemente do regime de propriedade privado ou baldio, cujas propriedades se localizem dentro dos limites aprovados da ZIF. Relativamente à freguesia, tal como o município e o próprio ICNF, tem a função de dar o cariz legal à iniciativa e apoiar em função das suas competências e disponibilidades. -----

O Sr. Ventura Pires Gonçalves concluiu referindo que face às riquezas desta freguesia uma das principais limitações, para não estarem numa melhor situação, foi nunca ter existido um plano. -----

A Sr.ª Ana Paula comentou poder ser esta uma oportunidade para o terem.- Tomou a palavra novamente o Sr. Ventura Cunha alertando para a questão do litígio de limites com a freguesia de Covas e o facto de esta proposta de limite de ZIF não incluir toda a área baldia considerada pelos mesmos como Baldio de Arga de Baixo. Concluindo que, a aceitação deste limite de ZIF em nada altera a posição dos compartes de Arga de Baixo relativamente ao limite do seu baldio distinto e superior ao limite da ZIF. -----

A este respeito a Eng.ª Margarida Barbosa confirmou que na discussão do limite de ZIF com o núcleo fundador, que resultou na presente proposta,

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente

3/4



Financiado pelo Fundo Florestal Permanente



optaram por utilizar o limite estabelecido na Carta Administrativa Oficial de Portugal, não sendo no entanto este o limite aceite para limite de freguesia e baldio pelos membros do referido núcleo fundador. -----

Para terminar, o Sr. Tobias Domingues, apelou à organização antes da tragédia recorrendo a esta ferramenta que a ZIF nos proporciona. -----

Como nota de encerramento, o Dr. Lagido, referiu que dificilmente há unanimidade na decisão, no entanto existindo maioria deve-se tentar avançar. -----

--- Nada mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião às dezassete horas da qual, para constar se lavrou a presente ata. -----

Argas, 14 de Junho de 2015 -----

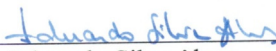
Eu abaixo assinado, Ventura Rodrigues da Cunha, em representação do núcleo fundador, tendo delegado na APFVM todos os trâmites da apresentação e redação da ata da consulta prévia da ZIF das Argas, subescrevo-a e submeto-a à validação do ICNF, representado pelo Engº Eduardo Silva Alves, presente na reunião em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 7º do Decreto-lei nº 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro e 27/2014, de 18 de fevereiro. -----

14 de Junho de 2015


Ventura Rodrigues da Cunha

Representante do Núcleo Fundador da ZIF das Argas

Eu, Eduardo Silva Alves, na qualidade de representante do ICNF, nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 7º do Decreto-Lei nº 127/2001, de 5 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelos decretos-lei n.ºs 15/2009, de 14 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro e 27/2014, de 18 de fevereiro, confirmo a autenticidade da presente ata que constitui reprodução de tudo quanto se passou na reunião de consulta prévia da ZIF das Argas, assim a validando.--



Eduardo Silva Alves

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

EDUARDO ALVES
Chefe Divisão de Licenciamento
e Avaliação de Projetos

Financiado pelo Fundo Florestal Permanente

